

A GUERRA E A ÉTICA DA GUERRA NA LONGA DURAÇÃO EVOLUCIONÁRIA: ATUALIDADE E ANCESTRALIDADE

Daniel Barreiros ¹

A comunicação que trago a este simpósio “História Militar: práticas e saberes” tem por objetivo apresentar mais uma etapa de conclusões do projeto de pesquisa “Conflito e Evolução Humana”, que vem sendo desenvolvido conjuntamente no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ e no Laboratório de Ética e Poder Global do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada da UFRJ. O projeto busca desenvolver uma narrativa macro-histórica (em diálogo com as obras de David Christian, Fred Spier e outros decanos da chamada *Big History*) para a emergência do fenômeno da guerra e da ética da guerra nas sociedades humanas. Nesse âmbito, reconhece que a capacidade cognitiva para o conflito interssocietário se configura como condição simplesiomórfica em *Homo sapiens* e *Pan troglodytes* (o chimpanzé-comum), sendo dessa forma um traço primitivo (ou seja, compartilhado em ambos os táxons) há pelo menos seis milhões de anos. Já a ética da guerra e a possibilidade de paz interssocietária emergem nesse enquadramento macro-histórico como condições exclusivamente presentes nos humanos modernos, tendo esse fenômeno comportamental uma origem tributária do desenvolvimento da mente metarrepresentacional transmodular, cujas primeiras manifestações deixaram vestígios há pelo menos cinquenta mil anos.

O conflito interssocietário está ausente entre a maioria das espécies de grandes primatas, muito embora a violência interpessoal seja um traço comportamental extremamente comum. O primeiro se deve, em grande medida, ao desenvolvimento de formas de organização social patrilineares com intensa cooperação entre machos aparentados, sendo essa uma condição etológica bastante rara. Em termos bastante esquemáticos ², podemos dizer que durante quase trinta milhões de anos de história natural, as formas de sociabilidade primata – nas espécies não solitárias – se resumiram à formação de grupos instáveis multissexuais, cuja composição variava com extrema rapidez, formados pragmaticamente como estratégia antipredatória. A homogeneidade ambiental global entre 52 e 33 milhões de anos atrás – com florestas tropicais comuns até mesmo na Antártida – permitiu o surgimento de centenas de

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: daniel.barreiros@ie.ufrj.br

² Dada a brevidade dessa comunicação, muitos temas serão tratados de forma superficial. Para uma argumentação mais detalhada, consultar BARREIROS, 2017.

espécies de pequenos primatas por todo o Velho Mundo; dentre aquelas que desenvolveram hábitos sociais, a formação de grupos com grande contingente não provocava qualquer espécie de *resource-squeeze* já que com florestas ricas e com recursos naturais distribuídos de forma bastante homogênea, era facultado a fêmeas e machos forragearem sem a necessidade de disputas decisivas sobre as fontes de energia. O resultado disso é que entre esses primatas primitivos, a necessidade de mecanismos cognitivos para a mediação de conflitos tornava-se menos necessária, uma vez que a opção de mover-se para outra localidade (e evitar os danos do confronto interpessoal) não trazia qualquer ônus em termos de acesso aos recursos. Desse modo, sem a formação de grupos sociais estáveis, territoriais, e dotados de mecanismos complexos de resolução de conflitos (hierarquias internas, limites etológicos à violência letal interpessoal, etc.) não emergiram as condições cognitivas para o fenômeno social da guerra.

Os vetores macro-históricos seguiriam apontando nessa mesma direção, da incapacidade da guerra, ainda por muitos milhões de anos. O intenso processo de resfriamento global e de aridificação agravado por volta de 33-23 milhões de anos atrás, com seu forte impacto ambiental sobre a África oriental, foi o pano de fundo para o surgimento dos primeiros hominóides. Dependentes de recursos naturais provenientes das florestas tropicais, esses primeiros grandes símios se viram na circunstância de progressivamente se encontrarem segregados em *patches* florestais cercados por vastas extensões de savana ou cerrado. De hábitos arbóreos, escaladores e quadrúpedes, a esses primeiros hominóides era difícil, senão impossível, cruzar esses espaços aridificados de modo a alcançar outras áreas florestais insuladas. Esse fator ambiental levou então a mudanças nas estratégias sociais desses grandes símios que, especialmente concentrados em núcleos de recursos naturais cercados de espaço desertificado, passaram a desenvolver intensa territorialidade. Em termos evolucionários, é sobre as fêmeas que recai o maior desafio de sobrevivência num contexto de concentração de recursos e de escassez, devido aos custos energéticos da gestação intrauterina e da lactação. Desse modo, emerge entre algumas (mas não todas) espécies de hominóides basais formas de sociabilidade com intensa cooperação feminina matrilinear, cuja lógica evolucionária consiste em potencializar os esforços de proteção do território e de seus recursos energéticos contra incursões de outros grupos matrilineares (considerando que todas, independentemente do grupo familiar extenso a que pertençam, estão sob a mesma pressão ambiental). A formação de grupos de fêmeas ligadas pelo parentesco, assegurando o acesso a recursos cruciais, consistiu na primeira modalidade de sociabilidade permanente entre primatas. Nesses casos, machos migram de seus grupos natais chegando à maturidade (em busca de oportunidades reprodutivas em outros grupos). Como grupos de não aparentados, ou orbitam ao redor dos

coletivos femininos matrilineares competindo entre si, ou estabelecem formas de exclusividade harênica, com um macho dominante excluindo violentamente competidores do acesso reprodutivo às fêmeas nos coletivos. Em ambos os casos o grau de violência interpessoal entre machos é razoável, e as formas de solidariedade e cooperação entre eles bastante incipientes. Ainda que haja a sociabilidade estável, a patrilinearidade cooperativa não se apresenta, e desse modo, o ingrediente principal do conflito interssocietário entre primatas também não.

Essas formas de sociabilidade harênica, de coletivos matrilineares cercados por grupos competitivos multimasculinos, ou de grupos instáveis, seguiriam ainda se reproduzindo por muitos milhões de anos, sem que as condições ambientais globais retornassem de forma consistente à exuberância tropical eocênica, de 55 milhões de anos atrás. Em suma, o resfriamento e a aridificação seguiam uma curva de intensificação com altos e baixos, mas tendente ao agravamento no longo prazo. Por volta de 15 milhões de anos atrás, a retração do nível dos mares alcançava mais uma vez o zênite, o avanço das calotas polares tornava vasta faixa latitudinal do norte da América do Norte e da Eurásia inabitável para primatas; foi durante o processo de migração de hominóides da Eurásia em direção à África (em busca de condições climáticas menos agravadas) que surgiram os ancestrais diretos dos grandes símios ainda hoje existentes: orangotangos na Ásia meridional, de um lado, gorilas, chimpanzés e humanos na África Sul-Oriental, de outro. Esse é um momento evolucionário de grande tensão, que culmina, por volta de 10 a 7 milhões de anos atrás, em intensa redução da diversidade primata por todo o mundo. Enquanto primatas ecologicamente mais conservadores e especializados como gorilíneos, acompanhavam a retração espacial das florestas, reproduzindo nelas relações sociais harênicas, populações viventes em ambientes mais marginais se adaptavam progressivamente ao processo de savanização nas periferias florestais. Nesses habitats, o menor valor nutricional dos recursos e sua maior rarefação no território levavam à ruptura dos coletivos matrilineares, dado que a escassez energética tornava contraproducente a coabitação de fêmeas aparentadas (já que precisariam competir entre si pelos recursos existentes, com eventual prejuízo na comunidade genética), levando à formação de coletivos femininos não aparentados. Enfraquecendo-se a solidariedade entre os coletivos femininos, abre-se espaço para o desenvolvimento da patrilinearidade e da patrilocalidade, formando-se, na contracorrente, coletivos de machos aparentados entre essas espécies viventes em regiões limítrofes entre a floresta tropical e a savana. Ao mesmo tempo, a rarefação dos recursos no espaço levava cotidianamente à dispersão das fêmeas pelo território, durante as atividades de forrageamento, inviabilizando a manutenção de um

perímetro de supervisão por um macho dominante em sistema de harém. É dessa maneira que surge um *trade-off* evolucionário, que coloca frente à frente as vantagens da patrilinearidade para a comunidade genética masculina, por um lado, e os desafios criados pela inviabilidade do sistema de harém e pela resultante reabertura do conflito reprodutivo intragrupo, dessa vez entre machos aparentados.

A resposta evolucionária para esse *trade-off* foi o desenvolvimento de instrumentos cognitivos para cooperação entre machos ligados patrilinearmente, que permitiu o controle coletivo do grupo de fêmeas aparentadas. Com a ruptura do sistema de harém, a perceptividade do lócus de poder de um macho dominante se tornou obscura; sem o exercício da exclusividade sexual, aumentou o potencial para práticas agonísticas intramasculinhas, envolvendo violência letal no âmbito da competição reprodutiva e, no caso dessas espécies em habitats limítrofes, isso devia envolver luta com clara dimensão fraticida. Emerge então entre elas, e provavelmente no último ancestral comum entre os seres humanos modernos e os chimpanzés, a competência cognitiva para a formação de coletivos patrilineares masculinos escalonados em complexas hierarquias de *status*. Rompido o comportamento de harém, as práticas de acasalamento se tornam poliginândricas, sem dominância estrita; ao mesmo tempo, competências para a mediação de conflitos surgem por meio de sinalizações rituais de reconhecimento do *status* dos pares, o que faz com que indivíduos num escalão inferior da pirâmide identifiquem e aceitem provisoriamente os privilégios reprodutivos de outros melhor posicionados, impedindo assim que cada ato de competição escale em violência. Além de gerenciar o conflito interno, a cooperação masculina no último ancestral comum entre humanos e chimpanzés teve como subproduto a defesa do território, com objetivo de prevenir o acesso de outros coletivos masculinos patrilineares.

Os primatas em geral contam com uma eficiente inteligência geral, além de contarem com conteúdos comportamentais simples e herdados. A inteligência geral opera como um sistema de aprendizagem em interação com o ambiente, através da aplicação de regras genéricas para situações indistintas, ajustadas segundo tentativa e erro. É uma forma de inteligência simples e de baixo custo energético, e que parece ter sido suficiente para lidar com os desafios evolucionários durante boa parte da história natural da ordem dos Primatas. As condições de complexidade social surgidas com a dissolução da sociabilidade harênica, por volta de 8 a 6 milhões de anos atrás, a que nos referimos acima, parecem, contudo, ter superado o limite de capacidade operacional da inteligência geral, e o que vemos surgir no último ancestral comum entre homens e chimpanzés é uma cognição social modularizada, especializada e dedicada, uma resposta radical para condições radicais. O desenvolvimento de

módulos mentais especialmente dedicados ao manejo das relações sociais, com alto custo energético, permitiu a acomodação entre competição e cooperação, entre as agendas individuais reprodutivas e a patrilinearidade estável pós-harênica. A competição interna aos grupos sociais é, assim, trazida a níveis “administráveis”, e isso é algo que acontece por meio da capacidade de análise do lócus de poder de cada membro do grupo, e das relações que esses membros estabelecem entre si. A mente modular no último ancestral comum permitiu às suas espécies descendentes a capacidade de formular hipóteses sobre o potencial de ascensão e queda na pirâmide social de todos os atores, permitindo ao observador traçar suas próprias estratégias de preservação ou conquista de status. Não se trata de oferecer respostas meramente inatas e estereotipadas para situações sociais, e sim, formular hipóteses acerca das relações sociais com base em expectativas pré-concebidas e ajustes contingenciais.

Essa capacidade de formular hipóteses sociais é a base do rito e da etologia da luta pelo poder entre sociedades de chimpanzés em estado natural. Presume-se que esse mesmo tipo de aparato comportamental estivesse presente no último ancestral comum; seus ecos aparecem no inconsciente coletivo humano, que, como veremos adiante, é mediado por uma muito mais complexa pletora de instrumentos cognitivos, em grau e volume diferentes. Entre chimpanzés, a mente modular social fixou certos parâmetros ritualísticos inatos na luta pelo poder, um conjunto de “regras” a partir das quais as estratégias e hipóteses vão sendo construídas; e essas regras geram uma espécie de rito conformante da luta pelo poder. Falamos especificamente da disputa entre machos em busca da dominância do grupo (que não significa exclusividade sexual, como vimos, mas privilégios), que dá seus primeiros sinais quando um desafiante se recusa a realizar rituais de submissão cotidianos, e que são observados pelos demais membros do grupo social como forma de reconhecimento da hierarquia e de zelo pela estabilidade interna. Ao ser notado o estranhamento entre machos competidores, os demais membros do grupo vão se posicionando em favor de um ou de outro, de acordo com seu parentesco direto e suas predileções manifestas durante atividades cotidianas como socialização e *grooming*. Ao longo do processo, os competidores buscarão intimidar as fêmeas para obter seu apoio, sem o que a tomada do poder e sua manutenção são impossíveis. Além disso, os machos em competição buscam se aliar com machos subalternos, que lhes darão apoio; a vitória de seu “candidato” garante também o galgar de degraus na hierarquia para os “correligionários”. Os competidores buscam aumentar o tempo de socialização com fêmeas e seus filhotes, para lhes buscar a afeição, enquanto os machos subalternos aliados espantam as fêmeas partidárias do adversário, que insistentemente tentam impedir que essas práticas se realizem. Ao passo que os atos cotidianos dessa luta se

desenrolam, progressivamente o grupo vai convergindo para o apoio a um dos competidores (seja da situação, seja da oposição), isolando o outro. Com isso, o competidor isolado abre mão da disputa, e as demonstrações de agonismo são amenizadas. O líder (seja o novo, seja o antigo) passa a assumir uma postura conciliadora com todos os membros do grupo, mediando conflitos entre fêmeas e protegendo machos mais fracos ou menos privilegiados na hierarquia contra o assédio de adversários pontuais. Mais adiante o ciclo irá se reiniciar, com eventuais recomposições de alianças radicais, colocando antigos inimigos lado a lado contra um adversário comum. Vemos então que a cognição social modular entre chimpanzés, e presumidamente, no último ancestral comum, funciona como um *freio etológico prossocial*: ela determina o rito e os limites da luta pelo poder, reduz o grau de violência interpessoal letal e estabelece os parâmetros para o fim do conflito.

Mas nada disso se refere à guerra. É justamente o fracasso desses mecanismos de mediação de conflitos, dessa mente social modular altamente especializada, que resulta na possibilidade de violência coalizacional interssocietária, uma designação evolucionária e macro-histórica para a guerra. Se as relações sociais internas entre chimpanzés dispõem de freios comportamentais mediadores, as relações entre sociedades carecem desses mesmos freios, e do gerenciamento de hierarquias. A comunicação entre os grupos se resume à violência, e o seu objetivo é a eliminação de machos estrangeiros, a abdução de suas fêmeas férteis e a desarticulação das comunidades inimigas. Mas como se formam diferentes sociedades entre esses grandes primatas (e presumidamente no último ancestral comum)? Elas surgem a partir das próprias lutas por dominância interna. A coesão dos grupos é função do equilíbrio entre rarefação de recursos e população; quando esses limites são ultrapassados, e a luta recomeça, o fracionamento da unidade social é possível. A secessão se inicia com o alinhamento dos indivíduos aos líderes criando facções; as facções não se dissolvem com o avançar da luta, de modo que o grupo não promove o “consenso pacificador” que encerra a disputa. A partir disso formam-se duas unidades sociais com seus respectivos machos dominantes e pirâmides hierárquicas distintas. Formam-se subgrupos masculinos, gradualmente, com o fim de levar a violência ao outro macro-grupo social; ela geralmente é imposta sobre machos isolados, que se afastam temporariamente de seus pares em busca de alimento. Por isso a dinâmica cooperativa e coalizacional é a substrato evolucionário da guerra. A oportunidade de atacar um inimigo isolado está na base da violência interssocietária como fenômeno cognitivo, o que significaria dizer que ela será necessariamente um ato de assimetria (o equilíbrio de poder é, em termos evolucionário-comportamentais, um fator decisivo para a contenção da violência interssocietária). Grupos atacantes visam justamente

impedir que seu oponente coopere com seus aliados; na eventualidade de dois ou mais “inimigos” serem encontrados durante um reide, e havendo a avaliação de que o ataque pode ser desferido com risco mínimo ao agressor, todo o esforço será feito para isolar os oponentes, antes que os ataques fatais sejam realizados. À morte do inimigo segue-se, quando oportuno, o assédio sobre as fêmeas jovens adversárias, envolvendo violência não letal e intimidação, com o objetivo de lhes incentivar a deserção. Nesse caso, a abdução garante a todos os machos engajados aumento potencial de seu *fitness* reprodutivo já que, sem exclusividade sexual, a poliginandria abre oportunidades (ainda que desiguais) a todos os machos aparentados que se engajam no conflito interssocietário.

Pode a cognição social modular gerar uma ética intuitiva, tal como o faz no âmbito intrassocial entre os chimpanzés, de modo que possamos dizer que uma “ética da guerra” seria natural e etológica? A resposta parece ser não. A violência interssocietária coalizacional provém justamente do esgotamento da cognição social, uma vez que essa inteligência modular tem limites de processamento de acordo com a capacidade cerebral. Quando o volume de informação social supera os limites de processamento compatíveis com a capacidade cognitiva, a coordenação se torna dificultada, e esse volume é função do tamanho do grupo social: quanto maior o grupo, maior o tempo social necessário, e maior a demanda cognitiva sobre o módulo mental social especializado. Uma sobrecarga faz com que o reconhecimento e a análise do lócus hierárquico alheio se tornem vagos ou falhos. O facciosismo que antecede a secessão das unidades sociais entre chimpanzés (e presumidamente, no último ancestral comum) expressa justamente a incapacidade de reconhecimento do *status* de certos indivíduos, de entender em que escalão da pirâmide se encontram. Enquanto essa demanda cognitiva cresce, ela gera sofrimento psicológico e comportamento patológico; a fissão dos grupos é, então, um fenômeno homeostático, um *flush* nos centros de processamento da cognição social. É a partir desse *flush* que a noção do “estrangeiro” surge, como fruto do descarte de informação social. Notemos que, nesse quadro, o “outro” é desligado da unidade social e deixa de ocupar qualquer lugar na hierarquia. Como não se podem traçar estratégias sociais a seu respeito, os indivíduos sem lugar na pirâmide não podem ser incorporados aos mecanismos de resolução de conflitos, restando a eles ou a eliminação física, ou a absorção (no caso das fêmeas férteis) ao campo ordenado das relações sociais etologicamente controladas.

A guerra e a ética da guerra naturalmente se referem a fenômenos muito mais complexos em *H. sapiens*, dado o alcance da cognição transdominial. Suas sociedades multinível contam com níveis de organização que transcendem – e muito – o espaço da

consanguinidade, e a mente metarrepresentacional recorre metaforicamente a “conhecimentos” inatos, presentes nos módulos mentais especializados que compartilhamos com nossos ancestrais, dando-lhe sentidos e usos absolutamente inovadores, culturais e circunstanciais. É dessa forma que cada ser humano parece ser capaz não só de projetar complexos etológicos ligados ao conflito interssocietário em âmbitos que a ele não pertencem – que parece ser o caso dos complexos conflitos armados entre Estados nacionais modernos –, como também de simular metaforicamente os mecanismos de gerenciamento de conflitos intragrupo em instâncias a ele igualmente alheias – como parece ser o caso da paz interssocietária.

Bibliografia

AIELLO, L., DUNBAR, R. Neocortex size, group size, and the evolution of language. *Current Anthropology*, v. 34, n. 2, p. 184-193. 1993. DOI: 10.1086/204160.

AURELI, F. et al. Fission-fusion dynamics: new research frameworks. *Current Anthropology*, v. 49, n. 4, p. 627-654. 2008. DOI: 10.1086/586708.

BARREIROS, Daniel. "A Filogenia da Guerra: uma hipótese evolucionária sobre as origens do conflito interssocietário na linhagem do homem (52 - 6 Ma)". Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Textos para Discussão*, nº 4, 2017, 76 p.

CAMERON, D., GROVES, C. *Bones, stones and molecules: 'out of Africa' and human origins*. San Diego: Elsevier, 2004.

CHRISTIAN, David. Macrohistory: the play of scales. *Social Evolution & History*, v. 4, n. 1, pp. 22-59, 2005.

FOLEY, R. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. São Paulo: UNESP, 2003.

LADEIA, I., FERREIRA, P. A história evolutiva dos primatas. In: Neves, W. et al (orgs). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena. p. 48-85. 2015.

MITHEN, S. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: UNESP. 2002

NORDHAUSEN, M., OLIVEIRA Filho, P. Nós, primatas. In: Neves, W. et al (orgs). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena. p. 14-47. 2015.

SHULTZ, Susanne; OPIE, Christopher; ATKINSON, Quentin. Stepwise evolution of stable sociality in primates. *Nature*, v. 479, n. 7372, p. 219-222. 2011. DOI: 10.1038/nature10601.

WRANGHAM, R., PETERSON, D. *Demonic males: apes and the origins of human violence*. Boston: Mariner, 1996.